

# Diário Eletrônico



Publicação, Sexta-feira, 14 de novembro de 2025 - Ano 17 - nº 3900 Disponibilização, Quinta-feira, 13 de novembro de 2025

# Índice

ATOS ADMINISTRATIVOS	2
ATOS DOS GABINETES	12
DIRETORIA DAS SESSÕES	14
Tribunal Pleno – Sessões Híbridas	14
Tribunal Pleno - Sessões Virtuais	52
DECISÕES MONOCRÁTICAS	54

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte www.tce.rn.gov.br



Conselheiros: Carlos Thompson Costa Fernandes (Presidente), Antonio Ed Souza Santana (Vice-Presidente), Antonio Gilberto de Oliveira Jales (Corregedor), George Montenegro Soares (Diretor da Escola de Contas), Paulo Roberto Chaves Alves (Ouvidor), Renato Costa Dias (Presidente da 2º Câmara), Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior (Presidente da 1º Câmara); Conselheiros Substitutos: Marco Antônio de Moraes Rego Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes; Ministério Público Junto ao TCE – Procuradores: Luciano Silva Costa Ramos (Procurador Geral), Carlos Roberto Galvão Barros, Luciana Ribeiro Campos, Othon Moreno de Medeiros Alves, Thiago Martins Guterres e Ricart César Coelho dos Santos.

# **ATOS ADMINISTRATIVOS**

### Escola de Contas



### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

#### EDITAL Nº 03/2025 - TCE/RN

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 252/2025 -GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 3857, do dia 15 de setembro de 2025, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que institui e regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN, torna pública a lista com o deferimento preliminar das inscrições do processo seletivo para estagiários de graduação, conforme disposições a seguir:

- 1. Estão listados no Anexo I do presente Edital os candidatos que tiveram suas inscrições preliminarmente **DEFERIDAS** pela Comissão do Concurso.
- 2. Estão listados no Anexo II do presente Edital os candidatos que tiveram suas inscrições preliminarmente INDEFERIDAS pela Comissão do Concurso.
  - 2.1. O candidato que tiver interesse em conhecer o fundamento utilizado pela Comissão para o indeferimento e recorrer do indeferimento preliminar de sua inscrição, poderá, a partir das 00h00min do dia 14 de novembro de 2025 até às 23h59min do dia 14 de novembro de 2025, acessar página Concurso internet, endereço http://www.tce.rn.gov.br/Estagio/ConsultarEstagio?resultado=True e, por meio da utilização de login (CPF) e senha, interpor seu recurso, devidamente fundamentado, mediante o uso de formulário eletrônico próprio disponibilizado na página eletrônica referida neste item, conforme prevê o anexo II do Edital nº 002/2015-TCE.
- 3. Integram o presente Edital o Anexo I Candidatos com inscrições deferidas; e Anexo II Candidatos com inscrições preliminarmente indeferidas.

Natal/RN, 13 de novembro de 2025.

José Walter da Fonseca Presidente da Comissão

Portaria nº 252 /2025 - GP/TCE





## Anexo I – Candidatos com inscrições deferidas

Curso: Administração

Nº Inscrição	Nome do candidato
3.008	ALDEYZE ALESSANDRA DE ARAUJO SILVA LIMA
2.901	ALICE MELO SILVA
3.160	ALINE JULIANA BARBOSA DE OLIVEIRA
3.190	ÁLVARO ARAÚJO DE MEDEIROS
3.133	AMANDA CAROLINA TRINDADE DE LIMA
3.119	ANA PAULA GUIMARÃES GONZAGA
3.040	ANDREA CRISTINA DA SILVA SOUZA
3.200	ANDREIA KARLA FERREIRA SALES RODRIGUES
3.010	CAROLLINE CANDEIAS DA SILVA
2.963	DEBORA ALEXANDRE DUTRA
2.998	ELIONE BARROS DE SOUZA
2.983	FÁBIO DA SILVA QUEIROZ
3.171	FIAMA COELHO DO NASCIMENTO
3.013	IARA MONALISA CHAVES BESSA
2.899	JOÃO PEDRO OLIVEIRA DA SILVA
3.177	JOSÉ ARILSON FELICIANO DANTAS
2.907	JUSCELINO PALHARES DE MACEDO SOBRINHO
2.868	KEZIA NAYARA DE ALBUQUERQUE XAVIER
3.166	LETICIA SILMARA FELIX DA SILVA
2.989	MARCELO JERÔNIMO DE LIMA
3.072	MARIA HELENA ANDRADE DE ARAÚJO
2.970	MILENA DOS SANTOS BEZERRA
2.943	RICHARD ANDRÉ FELIX NASCIMENTO
2.959	ROBERTO KLYNSMANN VIANA NASCIMENTO
2.962	SÂMELA RUAMA DE ALMEIDA FELINTO
2.936	SUZANA LETICIA DANTAS
2.964	TAIVAN ALVES DOS SANTOS

Curso: Ciências Contábeis

Nº Inscrição	Nome do candidato
3.084	ALEF GHUTTYÉRRE LIMA DOS SANTOS
3.195	ANDREIA SAMARA RODRIGUES CARAPUÇA DA CONCEIÇÃO
3.157	ÁTILA FERREIRA DO NASCIMENTO SALES
2.924	CECÍLIA DE ARAÚJO DUARTE
3.101	CLÁUDIO JOSÉ LIMA DE QUEIROZ FILHO
2.981	CRISLANI FERREIRA DE LIMA
2.986	DANILO GALVÃO DA SILVA
2.910	DARCYANE NASCIMENTO VIANA
3.196	DJONES DERKYAN TEIXEIRA DOS SANTOS
2.919	EMANUELA CARLA DA SILVA DIAS RIBEIRA





3.112	FERNANDA FERREIRA DA SILVA LIMA
3.043	HUMBERTO VIEIRA DE ANDRADE FILHO
3.105	IRTHYANE WANDERLEY VALE
3.216	JANE ELLY NUNES DA COSTA LIMA
2.876	JOELAINE CARLA ALVES DANTAS
2.944	JULIANA DE CASTRO COSTA VITOR
2.897	KEMILLY SAYONARA DE SOUZA SOUTO
3.081	LEANDRO UBARANA DE MORAIS
3.211	LUCAS CABRAL DE PAIVA
3.159	LUIZ MATHEUS DIAS DANTAS
2.934	MACKSON ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA
3.162	MARCELLY SAYURE OLIVEIRA DO NASCIMENTO
3.130	MARCIO AGUIAR DA SLVA
3.001	MARIA DAIANE ROCHA PAIVA
2.885	MARIA DAS VITÓRIAS SANTOS MEDEIROS
3.083	MARIA JADNA MOREIRA DA SILVA
2.951	MARILIA MOREIRA DE SOUZA OLIVEIRA
2.957	MARINARA ELAINE SAYURE CABRAL DE MORAIS
3.095	MILANA KELLY BEZERRA DE OLIVEIRA
2.862	MONIELE GOMES OLIVEIRA
2.857	MONIQUE FERREIRA DA SILVA
3.122	NATALIA DA SILVA MENEZES
2.873	NAYANA BARBOSA NUNES
3.189	RAMON HITALO ANDRADE DE FARIA
3.065	RAYSSA PEREIRA DO NASCIMENTO
3.210	RENATA SABRINA SILVA DE MENEZES
2.914	THAIS CHAVES TORRES
3.199	THAIS PEREIRA DOS SANTOS
2.874	THALES BRUNO OLIVEIRA DE MELO
3.047	THAYS MAYARA DA SILVA
3.035	VAGNER WENDEL DE LIMA MOTTA
3.041	VALÉRIA DE FREITAS BARROS
3.198	VICTOR JARA FERNANDES BEZERRA

# Curso: Direito

Nº Inscrição	Nome do candidato
3.037	ADRIANO PAULO DO NASCIMENTO
2.923	AGDA BENEDITA ALVES DA MASCENA
2.867	AILDA BEZERRA DA SILVA E SOUZA
2.884	ALANA MARIA DA COSTA SANTOS
3.036	ALEXANDRE AVILA DE VASCONCELOS JUNIOR
3.144	ALEXANDRE MAGNO PEREIRA DOS SANTOS
3.053	ALICIA OLIVEIRA DA SILVA
3.176	ALINE ADRIANA LAGO DE CARVALHO
3.103	ALINE ALVES DE LIMA SOUZA
3.213	AMANDA GOMES DOS SANTOS





2.016	AMANDA GANTANA DE OLIVERA
2.916	AMANDA SANTANA DE OLIVEIRA
2.870 3.131	ANA BEATRIZ LOPES DE MELO
	ANA CLARA SILVA PINTO
3.011	ANA FLÁVIA ROSENDO DE MELO
2.947	ANA KAROLINE DE OLIVEIRA PEDROSA LIMA
3.127	ANA TEREZA BORBUREMA DA SILVA
3.152	ANA THIALY ALVES DA COSTA
3.117	ANDRÉ FELIPE SILVA DE MEDEIROS
2.922	ANDRE MAXWELL OLIVEIRA DUARTE
2.958	ANDRESSA TEIXEIRA DANTAS
2.926	ANDRIELLE FONSECA SILVA DIAS
3.110	ANNA LUIZA DE ALMEIDA GOMES
3.002	ANTILIO FERNANDES FILHO
3.028	ANTONIO EDUARDO MIRANDA DE SOUZA
3.018	ARLISSON PEREIRA DA SILVA
3.182	ARTHUR MARINHO DE ABREU
2.881	ATHOS VINICIUS FARIAS SILVA
3.143	BÁRBARA RAYSSA OLIVEIRA DA FONSECA
3.203	BEATRIZ AUGUSTA BARBOSA DA SILVA
3.066	BEATRIZ COSTA ABREU
2.855	BIANCA CHACON BARBALHO SIMONETTI
3.034	BIANCA DANTAS ROCHA
3.026	BRUNA DE CARVALHO NOLASCO
3.167	BRUNO HENRIQUE MACEDO DE MEDEIROS
2.865	BRUNO WESLLY DANTAS DE AQUINO
2.878	CAMILA DE MEDEIROS ARAÚJO
3.092	CAMILLA DANTAS GONÇALVES DA SILVA
3.046	CARLOS HENRIQUE CÂMARA DE SOUZA
3.052	CARLOS VINÍCIUS DA SILVA PONTES
3.161	CAROLINA PEREIRA FURTUNATO
3.088	CAROLINA SANTANA DE FARIA
3.132	CAROLINE ALMEIDA NERIS MARCIANO
3.000	CAROLINE DE SENA MONTENEGRO MARANHÃO
2.925	CLARICE SOARES MARIZ
3.087	DANIELLE PAIVA FRUTUOSO
3.165	DAVI MATHEUS SOARES DE SALES
3.206	DAYNARA FLAVIANNE RODRIGUES LIMA ESTEVAM
2.976	DÉBORA CRISTINA SILVA GOMES
2.875	DIEGO DA SILVA MENDONÇA
2.971	EDVALDO SANTOS DANTAS
3.090	ELAINE DOS SANTOS PEREIRA
3.141	ELENA FREITAS SILVA DE ARAUJO
3.123	ELILDIANE MEDEIROS DECHEN
3.185	ELISA ELLEN DE OLIVEIRA SANTOS
3.098	ELLEN TARSSIA LOPES GOMES
2.918	EMERSON DA SILVA COSTA





2.961	ERIKA JEMIMA TITO DO NASCIMENTO
3.139	EUGÊNIO CARLOS DOS SANTOS BEZERRA
2.993	EVA MARIA PIMENTEL MAIA
3.073	EVELYN DE MEDEIROS BRANDÃO MONTENEGRO
3.172	FELIPE CAMARA FONSECA
3.015	FELIPE DOS SNTOS MACHADO GOMES
2.895	FERNANDA LOPES DO NASCIMENTO
2.894	FERNANDA MEDEIROS DE AZEVEDO
2.977	FERNANDA RAYSSA APRIGIO SILVA
3.033	FRANCISCO DE ASSIS FELIX DA SILVA
2.893	FRANKLIM RODRIGUES SANTOS
2.898	GABRIEL DA CÂMARA FONSECA NELSON
3.194	GABRIEL FRANCO GOMES GONÇALVES
3.173	GABRIEL RÊGO DE OLIVEIRA
3.055	GABRIEL VINICIUS JESUS MAIA MEDEIROS
3.025	GABRIELA MATOS CAMPOS
2.920	GABRIELE CRISTINE DE OLIVEIRA
3.174	GERSIANE COSTA PEREIRA
2.948	GIOVANNA BEZERRA CAMPOS
3.217	GREGÓRIO LUMMERTZ NATAL TINOCO
2.879	GUSTAVO ARAUJO DA HORA
3.069	GUSTAVO ARAGIO DA HORA  GUSTAVO HENRIQUE DA GAMA
2.882	HADSON WILLAMS DA SILVA SANTOS
2.999	HEITOR FREITAS DA CUNHA
2.941	IGOR SILVA DE LIMA
3.215	ILANNE MAYARA COSTA DE MEDEIROS
2.950	ISAAC DANTAS OLIVEIRA DE MEDEIROS
3.163	ISABEL CRISTINA MACEDO DE MEDEIROS
3.168	ISABELLA MARIA MACHADO VIEIRA
3.108	ISMAEL ROCHA DE SA
2.902	JANAINA BRENDA MAIA FRANCO
3.078	JÉSSICA DE SOUZA COSTA RODRIGUES
3.192	JESSICA PATRICIA JUSTINO LOPES
2.904	JESSICA RAYANE ROCHA DO NASCIMENTO
2.955	JÉSSICA SUELLEN LIMÃO DA SILVA DANTAS
3.137	JOÃO HENRIQUE DE AZEVEDO SIMÕES
3.075	JOÃO VICTOR DE PAULA DELAFIORI HIKIJI
3.102	JOÃO VICTOR GARCIA DANTAS
2.974	JOAO VITTOR BEZERRA CORTES
3.125	JOELMA DOS SANTOS FAUSTINO
3.050	JOSÉ PICANÇO NETO
2.912	JOYCE MARIANNY OLIVEIRA MEDEIROS
2.929	JOYCE VIEIRA DE MDEIROS
3.104	JOZELMA SOARES DA SILVA
3.158	JÚLIA CRISTINA DE ARAÚJO
2.892	JÚLIA HELLEN DA SILVA
•	





2.072	HILLANA FONGECA DE MEDEIROS
2.872	JULIANA FONSECA DE MEDEIROS
2.887 3.124	JULIANA MARIA DOS SANTOS DUARTE
	JULIO EMANUEL SILVA SANTOS
2.975	JÚLLIA ANDRADE DE CASTRO
3.149	KADSON DE OLIVEIRA SOUZA
3.204	KAIO CESAR TAVARES DA SILVA
2.996	KAIO KAINNÃ LIMA DE OLIVEIRA
2.883	KAMYLLA SILVA SOARES
2.945	KAREN KATHERINE AUGUSTA MARTINS DOS SANTOS
2.909	KARLA VANESSA DO NASCIMENTO MAIA
3.058	KAROLINA BRANDAO DE OLIVEIRA
2.906	KAYO COSTA MONTEIRO
2.900	KELIANE NASCIMENTO DA SILVA RAMOS LOPES
2.933	LAISE EVELLIN COSTA TORRES
3.051	LARYSSA BRENNA XAVIER E SILVA
3.031	LAURA BEATRIZ CUNHA MOREIRA
3.024	LAURA CESÁRIO CALAIS MOREIRA
3.045	LEIDE NARA ALVES VERAS
3.156	LETICIA AQUINO FIGUEIREDO NERY
3.205	LIANDRA CLEIA FONSECA MOURA
2.937	LIDE JÉSSICA DA SILVA
3.003	LILIAN CAMILA MARTINS RODRIGUES
3.175	LILIAN PRISCILA NICACIO EVARISTO
3.164	LILLIAN ELIZAMA DE ABREU OLIVEIRA SANTOS
3.129	LIONECIA LOPES DOS SANTOS ROCHA
3.070	LO RHUAMA TRINDADE FERREIRA
3.142	LOUISE GABRIELA SILVA MASCARENHAS
3.059	LUANA AMÉLIA DOS SANTOS DANTAS CAPUXU
2.942	LUANA MANUELLE TOMAZ DEODATO
3.094	LUANA TAYRENE DE OLIVEIRA
3.029	LUCAS EMMANUELL DA SILVEIRA GONÇALVES
3.178	LUCAS NILO SOUZA SARGES
3.113	LUCAS PARENTE NOBRE
3.054	LUCILIA DE ALBUQUERQUE REIS E FONSECA
3.202	LUIZ HENRIQUE PONTES MONTEIRO
2.928	LUIZA MACEDO DE OLIVEIRA VALENTIM
2.886	MAGNO PEREIRA NUNES GOMES
3.063	MANUELA ANGÉLICA RHANNA DA SILVA IMPERIAL
2.880	MARIA ISRAELE FERREIRA DE OLIVEIRA
3.148	MARIA JOSÉ GONÇALVES LEITE
2.889	MARIA JOSEANE DA SILVA BARACHO
2.946	MARIA JOSEANE RODRIGUES SILVA
2.965	MARIA KAROLINA FELIPE BESSA
3.116	MARIA LUIZA RIBEIRO TARGINO
3.005	MARIA NATHALIA SANTOS DO VALE
3.147	MARIA REBEKA SIQUEIRA VIANA SILVA





2.864         MARIANA DE MOURA PORPINO           3.062         MARÍLIA BEZERRA DA SILVA           3.106         MARINA ELOI DE MELO           3.099         MARINA SOARES DA FONSÉCA           2.982         MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA NETO           3.039         MARIORIE LOPES BEZERRA           3.179         MATEUS DEODATO PINTO           3.080         MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA           3.012         MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS           2.860         MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS           2.860         MATHEUS PEREIRA SOUZA           2.950         MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO           3.085         MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO           3.085         MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO           3.087         MAYARA KATLEN VIANA ALVARES           2.877         MAYURI CORNELLI           3.007         MILENA SANTOS SILVA           3.121         MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE           3.121         MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE           3.125         MONIQUE DE SOUZA MARTINS           3.023         MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA           2.859         NATALIA RODRIGUES SANTOS           3.107         NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS           3.108         NALORA DOMINGOS	2.074	MARIANA ALEVANDRE COMEC
3.062 MARÍLIA BEZERRA DA SILVA 3.106 MARINA ELOI DE MELO 3.099 MARINA SOARES DA FONSÈCA 2.982 MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA NETO 3.039 MARJORIE LOPES BEZERRA 3.179 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS SELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.975 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.904 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.022 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.023 RAFAEL ARIBIIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO 3.009 R	2.864	MARIANA ALEXANDRE GOMES
3.106 MARINA ELOI DE MELO 3.099 MARINA SOARES DA FONSÊCA 2.982 MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA NETO 3.039 MARJORIE LOPES BEZERRA 3.179 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS PELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS PELIPE GOMES DOS SANTOS 3.085 MATHEUS PERBIRA SOUZA 2.960 MATHEUS PERBIRA SOUZA 2.960 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 3.019 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.000 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 3.130 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.101 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.22903 RACHEL DE SOUZA MARTIOS 3.101 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.2903 RACHEL DE SOUZA MARIOS 3.102 RACHEL DE CASTRO ARAUJO 3.2965 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.109 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.2290 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.2290 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.2290 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.2291 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.2294 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.2295 RAFAELA CRISTIVA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.3009 RAFAELA CRISTIVA DO NASCIMENTO DE MEDEIROS S		
3.099 MARINA SOARES DA FONSÊCA 2.982 MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA NETO 3.039 MARJORIE LOPES BEZERRA 3.179 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUELAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.121 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.100 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.100 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.213 PARALA ROBRIGUES ANTOS 3.104 RAFAEL SOARES DE MELO 2.993 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 3.022 RAFAEL ACRLA MELO DE PAIVA 3.023 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.024 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.025 RAFAEL COSTA DE MELO 3.026 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO 3.030 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO 3.048 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO 3.069 RAFAELA CRISTINA GRIGGORIO TRIGUEIRO		
2.982 MÁRIO SÉRGIO DE OLIVEIRA NETO 3.039 MARIORIE LOPES BEZERRA 3.179 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.000 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.000 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.981 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.982 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.101 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.214 RAFAEL ROBRITO DA NASCIMENTO ANSELMO 3.215 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.309 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.300 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.301 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.3009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO		
3.039 MARJORIE LOPES BEZERRA 3.179 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PELIPE GOMES DOS SANTOS  MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.213 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.904 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.026 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.0309 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO		
3.179 MATEUS DEODATO PINTO 3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.100 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALIMINO 3.151 RAFAEL COSTA DE ALIMINO 3.152 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.021 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.022 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.023 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO T		
3.080 MATEUS RAMOS PINHEIRO DA SILVA 3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.889 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.120 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.000 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.886 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.215 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.216 PERO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.107 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.018 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.2940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.029 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.029 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.029 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.025 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.026 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.027 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.028 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.029 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.056 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.058 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		
3.012 MATHEUS ELISON LOPES CAVALCANTE 2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS 2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLAVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.120 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.027 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 2.990 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.025 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.029 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.029 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.029 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.025 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.026 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 3.158 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		
2.911 MATHEUS FELIPE GOMES DOS SANTOS  2.860 MATHEUS MAGALHAES  3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA  2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO  3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS  3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES  2.877 MAYURI CORNELLI  3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS  3.007 MILENA SANTOS SILVA  3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE  3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA  2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS  3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA  2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS  3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS  3.135 NINIVE PEREIRA ALVES  3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS  3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA  2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ  2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO  2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS  3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA  2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS  3.101 RAFAEL ROBERTO DANTAS DOS SANTOS  3.102 RAFAELA RUBIASSA DE MORAIS  3.103 PRISCILLA KARLA DE LIMA  2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA  2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA  2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA  3.021 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA  2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA  3.021 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA  2.941 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA  3.025 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO  3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL  3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO  2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR  2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		
2.860 MATHEUS MAGALHAES 3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.213 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.021 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.025 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA GOMES MAIA DA SILVA		
3.136 MATHEUS PEREIRA SOUZA 2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.991 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.008 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA GRIBERO CABRAL 3.008 RAFAELA GOMES MAIA DA SILVA		
2.960 MATHEUS SANTOS DO NASCIMENTO 3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.213 RAFAEL COSTA DE AMELIDA 3.021 RAFAEL COSTA DE AMELIDA 3.021 RAFAEL COSTA DE AMELIDA 3.025 RAFAEL COSTA DE AMELIDA 3.026 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.059 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		
3.085 MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS 3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.021 RAFAEL SORRES DE MELO 2.915 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.069 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		
3.017 MAYARA KATLEN VIANA ALVARES 2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		
2.877 MAYURI CORNELLI 3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.059 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.085	MATHEUS VINICIUS REIS MARTINS
3.209 MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS 3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 3.021 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.017	
3.007 MILENA SANTOS SILVA 3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.877	MAYURI CORNELLI
3.121 MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE 3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.209	MIKAEVERSON DUARTE DOS SANTOS
3.145 MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA 2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.056 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.007	MILENA SANTOS SILVA
2.932 MONIQUE DE SOUZA MARTINS 3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL ACARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.121	MIQUEIAS DA SILVA FERREIRA CAVALCANTE
3.023 MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA 2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.145	MIRELLE ENELIM SANTOS DA SILVA
2.859 NATALIA RODRIGUES SANTOS 3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.932	MONIQUE DE SOUZA MARTINS
3.107 NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS 3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.023	MYLENA FERNANDES DE JESUS SOUZA
3.135 NINIVE PEREIRA ALVES 3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.859	NATALIA RODRIGUES SANTOS
3.120 OSLAN RENAN COELHO CALDAS 3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.107	NATINOSLÁVIA RUBIASSA DE MORAIS
3.207 PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA 2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.135	NINIVE PEREIRA ALVES
2.973 PATRICIA RAISSA CARLOS DE MELO LEONEZ 2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.120	OSLAN RENAN COELHO CALDAS
2.969 PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO 2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.207	PALOMA DOMINGOS TEIXEIRA E LIMA
2.985 PAULO ROSENDO DOS SANTOS 3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.973	
3.030 PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA 2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.969	PAULO HENRIQUE DE CASTRO ARAUJO
2.866 PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS 3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.985	PAULO ROSENDO DOS SANTOS
3.100 PRISCILLA KARLA DE LIMA 3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.030	PEDRO EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA
3.212 PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO 2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.866	PEDRO WELLINGTON DANTAS DOS SANTOS
2.903 RACHEL DE SOUZA MAXIMINO 3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.100	PRISCILLA KARLA DE LIMA
3.155 RAFAEL COSTA DE ALMEIDA 2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.212	PRISCILLA RYANA DO NASCIMENTO ANSELMO
2.940 RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA 3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA		RACHEL DE SOUZA MAXIMINO
3.021 RAFAEL SOARES DE MELO 2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.155	RAFAEL COSTA DE ALMEIDA
2.915 RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA 3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.940	RAFAEL ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA
3.056 RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO 3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.021	RAFAEL SOARES DE MELO
3.009 RAFAELA RIBEIRO CABRAL 3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	2.915	RAFAELA CARLA MELO DE PAIVA
3.140 RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO 2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.056	RAFAELA CRISTINA GRIGORIO TRIGUEIRO
2.995 RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR 2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.009	RAFAELA RIBEIRO CABRAL
2.888 RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA	3.140	RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA FILHO
	2.995	RAIMUNDO NONATO DE MEDEIROS SILVA JUNIOR
3.184 RAQUEL MARQUES FERNANDES	2.888	RAPHAELA GOMES MAIA DA SILVA
	3.184	RAQUEL MARQUES FERNANDES





3.193	REBEKA DE PAULA CABRAL
3.153	RENATA BEZERRA RODRIGUES
3.170	RENATA DANTAS GOMES
3.048	RENATA EMANUELE DE ARAÚJO NOGUEIRA
2.896	RICARDO DUARTE DA ROCHA
3.014	RIQUELE KARINA ALVES
3.057	ROBERTO DANTAS DOS SANTOS FILHO
3.076	ROBERTO RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR
2.938	ROSANGELA BATISTA DA SILVA
2.863	ROSÂNGELA MARIA DE SOUZA BATISTA FERREIRA RODGRIGUES
3.074	SABRINA ELLEN BARACHO DE FREITAS
3.067	SAMILA PINTO ALVES
2.991	SARA NELY FERREIRA LIMA DE SOUSA
3.188	SHADE DANDARA MONTEIRO DE MELO COSTA
2.956	SILVIA DANIELA TAVARES
2.952	STEFANNE DE FREITAS SÁ
3.044	STEPHANNI PEREIRA MENDONCA
2.921	STEPHANY DE PAIVA RODRIGUES
3.126	SUENIA MARIA DA SILVA
2.905	TATIANA MASCARENHAS SANTANA
3.032	TAYNÁ OLIVEIRA DA SILVA
3.004	THAIS DANTAS DE FREITAS
3.114	THAÍS VIDAL SIQUEIRA
2.967	THAISA DE OLIVEIRA FARIAS MENDONÇA
3.154	THALES FELIPE GALDINO DE OLIVEIRA
3.208	THALISON DOS SANTOS RAMOS
2.994	THAYANNE RODRIGUES DE SOUZA CARVALHO
3.060	THAYS OLIVEIRA DA SILVA
2.968	TONIEDSON PEREIRA DA SILVA
3.020	VALDILENE ALVES DE SOUSA
3.091	VALÉRIA TEIXEIRA DE ARAUJO MELO
3.077	WAGNER GERALDO DA SILVA
3.128	WEDLLA JAINY DE SOUZA MARTINS
3.071	WICTORIA MARIA RODRIGUES
3.093	WILKISLAINE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS SILVA
2.979	YANN CARLOS COSTA REGO
2.992	YASMIM HONORATO DA SILVA
3.079	YASMIN DE ANDRADE MORENO
3.201	YOANNA SILVA MONTEIRO
3.186	YUAN MATHAUS SOUZA DE ARAUJO





# Anexo II – Candidatos com inscrições preliminarmente indeferidas

Curso: Administração

Nº Inscrição	Nome do candidato
2.939	ALINE FERNANDES DA SILVA
2.978	ANDRÉ VICENTE DA SILVA
2.954	CRISTIANE DE MELO FERREIRA
3.118	ELDER BRENO DOS SANTOS BATISTA
3.042	JOSIANE DOS SANTOS FELIPE
3.146	LOUYZE LOURRANE FONSECA PEREIRA
2.984	MARIANA OLIVEIRA DA SILVA
3.197	VIVIANE SOUZA SILVA

Curso: Ciências Contábeis

Nº Inscrição	Nome do candidato
2.908	CLIVIA BRENA SILVA DE SOUZA
2.949	JOSE OTAVIO DE ARAUJO NETO

Curso: Direito

Nº Inscrição	Nome do candidato
3.064	ALEXANDRO DE GOIS OLIVEIRA
3.183	ANA KAROLINA DE ARAÚJO MUNIZ
3.038	ANA PAULA MATOS DE QUEIROZ
3.016	ANA RAQUEL XAVIER DA SILVA
3.061	BEATRIZ PAULINO DA SILVA
3.019	DÉBORAH QUINDERÉ CARNEIRO
2.997	EDUARDO COSTA WANDERLEY CARVALHO FILHO
3.134	EMANUELLE SAMILY ANDRADE DA SILVA BEZERRA
2.890	FELIPE AUGUSTO SOUZA MORAIS
3.180	FERNANDO NAVARRO VARELA TINÔCO
3.097	GIULIA MARIA MOREIRA JULIANI
3.181	HÉRIKA FERNANDA PRAÇA DE OLIVEIRA
2.930	HIRLAN ANTONIO CUNHA DE MATOS
3.022	JÉSSICA MAYARA DE SOUZA BRITO
2.871	JONATAN JULIO DA COSTA STOLTE
2.972	JULIA GANDIN ARAUJO
2.966	JULIANA LISBÔA PEREIRA
2.987	LARISSA DOS SANTOS EVANGELISTA
3.115	LISARB DA SILVA SOUZA
2.988	LUANA DE OLIVEIRA BEZERRA
2.891	MAICON FELIX BOAVENTURA
3.096	MARIA BEATRIZ FERREIRA DA SILVA
2.861	MARIA ISABEL ARAUJO FERREIRA EVANGELSITA LADISLAU
3.214	MARIA LAURA JALES DE OLIVEIRA
2.913	MARIA LUIZA VITÓRIA DOS SANTOS SILVA





3.082	MARIA VITÓRIA BEZERRA DE ARAUJO
3.068	MARIANA GOIS CARDOSO TAGLIETTI
2.953	MIKAELY DE LIMA CARVALHO
3.086	PEDRO PAULO SOARES DE AQUINO LIMA
3.109	POLYANA CAMILA GOMES PEREIRA
2.917	ROSANA ARAUJO RESERVA DE OLIVEIRA
3.049	THALYSON GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA
3.089	THAYNARA RODRIGUES DE LIMA
3.138	THYAGO GABRIEL COSTA
3.191	VITÓRIA BARBOSA
2.869	WANESSA GABRIELLY NASCIMENTO SILVA

Curso: Não identificado (Outros)

Nº Inscrição	Nome do candidato
3.169	ALDO MARINHO DE CARVALHO
2.931	ALINE SANTIAGO DA SILVA
2.858	ANTONIO AUGUSTO ROCHA SANTOS
2.927	BÁRBARA ROBERTA DA SILVA MARINHO VENANCIO
3.027	BRUNA LETICIA RODRIGUES DA SILVA
3.006	CARLOS ITALO RODRIGUES CANUTO
3.151	GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA
2.935	JEFFERSON RICARDO SANTOS DA SILVA
3.150	MATEUS MARTINS BARRETO LINS
2.980	PRISCILA RAYANNE RODRIGUES DA SILVA
2.990	SILAS BARBOZA DO CARMO
3.111	THIAGO HUDSON TORRES PEREIRA



# Código Identificador:

8a08c0f6-ffbe-4d44-981b-cce5f7ff39e4



## **ATOS DOS GABINETES**

### Gabinete do Conselheiro Renato Costa Dias

PROCESSO N.º: 5340/2010-TC

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 012/2007 REF. AO BIMESTRE: 01/2010

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO RELATOR: CONSELHEIRO RENATO COSTA DIAS

#### DECISÃO

Natal - RN, 07/11/2025

Trata-se de processo de Prestação de Contas da Câmara Municipal de São Pedro/RN, referente ao exercício financeiro de 2010, instaurado com fundamento na Resolução nº 012/2007–TCE, o qual foi proferido o Acórdão nº 9/2016-TC (fls. 133/134 do Evento 1), aplicando penalidades aos responsáveis Francisca Crinaura de Araújo e Lindebergh Fernandes de Araújo, conforme quadro constante da Informação Instrutiva (Evento 40) elaborada pela Coordenadoria de Controle de Decisões.

Posteriormente, houve interposição de recurso, resultando no Acórdão nº 400/2025-TC (Evento 33), que deu provimento parcial, excluindo a irregularidade relativa à ausência de remessa dos comprovantes de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) do 1º e 2º semestre de 2010, bem como afastando a respectiva multa aplicada.

Os autos retornaram à Unidade Técnica com o objetivo de atualização dos débitos remanescentes. Contudo, a Coordenadoria de Controle de Decisões ao proceder à atualização dos débitos, verificou que a mesma irregularidade — ausência de remessa dos comprovantes de publicação dos RGFs — fora computada duplamente, constando tanto no item "A" quanto no item "C" do rol de infrações atribuídas a cada responsável, resultando na imposição de sanções sobrepostas para o mesmo fato gerador.

A análise técnica evidenciou, portanto, que houve duplicidade sancionatória, caracterizando hipótese de bis in idem, expressamente vedada pelo ordenamento jurídico.

Conforme ampla jurisprudência desta Corte de Contas, a ausência de publicação do RGF já abrange, de forma implícita, a falta de remessa dos respectivos comprovantes de publicação, sendo indevida a cumulação de multas por fatos que constituem mero desdobramento do mesmo ilícito administrativo. A punição adicional, em tais hipóteses, configuraria sanção em duplicidade para a mesma conduta infracional, afrontando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica.

Cumpre salientar, ademais, que a irregularidade referente à ausência de publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) será contabilizada uma única vez, à luz do disposto no art. 55, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), combinado com o art. 7º, §1º, III e §2º da Resolução nº 012/2007–TCE/RN. Reconhecida a falha de não publicação, a sanção correspondente deve incidir apenas uma vez, evitando-se a duplicidade punitiva e remanescendo, portanto, apenas o item B do quadro constante da Informação Instrutiva (Evento 40) elaborada pela Coordenadoria de Controle de Decisões.

Superada a duplicidade e consideradas as exclusões determinadas pelo Acórdão nº 400/2025-TC, remanescem as seguintes irregularidades:

- Sob responsabilidade da Sra. Francisca Crinaura de Araújo:
  - Item B: Ausência da publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do exercício de 2010 1º semestre, com fundamento no art. 55, §2º, da LRF, combinado com o art. 7º, §1º, III e §2º da Resolução nº 012/2007–TCE/RN;
  - Item D: Atraso no envio do Anexo referente ao 4º bimestre de 2010, com fundamento no art. 28, inciso I, alínea "a", item 4, da Resolução nº 012/2007–TCE/RN.
- · Sob responsabilidade do Sr. Lindebergh Fernandes de Araújo:
  - Item B: Ausência da publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do exercício de 2010 2º semestre, com fundamento no art. 55, §2º, da LRF, combinado com o art. 7º, §1º, III e §2º da Resolução nº 012/2007–TCE/RN.

# PUBLIQUE-SE na forma do art. 360, § 2.º do RITCE/RN.

Com os esclarecimentos, determino o retorno do feito à Diretoria de Instrução Processual e Controle de Decisões - DIP para atualização dos débitos remanescentes, em observância às exclusões ora reconhecidas.

**RENATO COSTA DIAS** 

Conselheiro-Relator





# Código Identificador:

b54612bd-6c9a-4c7c-93a5-a2242bcd4404



# **DIRETORIA DAS SESSÕES**

### Tribunal Pleno - Sessões Híbridas

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103082/ 2024 - TC (00410043.0006322023-11/2023-SEARH)

Interessado: JOSEILSON JALES ALVES - CPF: 06908480488

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1531 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



## Código Identificador:

ee67cfc9-951f-48f7-a4aa-e6490fddf06b

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100598/ 2024 - TC (00410040.0032392022-11/2022-SEARH)

Interessado: ALVANIRA DE LIMA SOUZA - CPF: 85178837487 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1501 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à



fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

8b296147-aea6-4641-95c0-69e6d8768214

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018°, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo No: 100805/ 2024 - TC (00410040.0010982022-00/2022-SEARH) Interessado: RONEIDSON ALVES BEZERRA - CPF: 01159930457

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### DECISÃO Nº 1512 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA



### Conselheiro Relator



### Código Identificador:

c817519e-ee7f-4ccc-9fc2-8e2917cb0e73

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 103319/ 2024 - TC (00410038.0010892024-11/2024-SEARH) Interessado: AURIÉCIA LOPES DA SILVA DANTAS - CPF: 07194689499

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1507 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

# ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

986df784-15f1-4533-be72-e7078acca609

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 105043/ 2023 - TC (00410039.0002072023-83/2023-GOVERNO) Interessado: MONIQUE HELLEN DE SOUZA SILVA ARAUJO - CPF: 01727824490

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Responsável: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO ESTADO DO RN - CNPJ: 08241804000194

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA



### DECISÃO Nº 1601 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

e0170543-b017-4fd8-82f7-a9a1155e15f9

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 102132/ 2025 - TC (074/2025-PMJSERIDO)

Interessado: DAIANY DA COSTA NÓBREGA - CPF: 05358993436 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ÉD SOUZA SANTANÁ

### DECISÃO Nº 1534 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo



Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

3d76eeab-55bd-43f6-abb2-440987eb9124

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100994/ 2024 - TC (00610081.0015292022-32/2022-SEARH) Interessado: ALISON HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA - CPF: 09914314481

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### DECISÃO Nº 1524 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

6fbeee22-afb9-4e0f-88f5-d6195025b1af



### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100868/ 2024 - TC (00610081.0009002022-49/2022-SEARH)

Interessado: MARINA ALBUQUERQUE BEZERRA DE ALMEIDA - CPF: 10404371418

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1516 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



### Código Identificador:

3e2c9a8c-aed6-4846-9d0b-2bb3a878b4a8

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100679/ 2024 - TC (00610081.0001762023-34/2023-SEARH) Interessada: ANTONIA GILBERVANIA DA SILVA - CPF: 00984269401

ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

DECISÃO Nº 1505 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do



Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

f198e062-0f0f-4414-8797-6f3b746e3b39

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100319/ 2024 - TC (00610081.0034652020-42/2020-SEARH) Interessada: LOURDES CRISTINA GOMES DA COSTA - CPF: 02345401419

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### DECISÃO Nº 1493 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo № 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator





# Código Identificador:

cb22aa68-1f71-4d3b-aa0c-3356e05faef6

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100166/ 2024 - TC (00610081.0002032023-79/2023-SEARH) Interessado: ERISLANDIA LOURDES DA SILVA MARTINS - CPF: 12018351435

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1490 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

bb6b54a6-b898-47fa-862e-0786a2808fd8

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 102118/ 2025 - TC (065/2025-PMJSERIDO)

Interessado: JOSE EDUARDO FERNANDES DOS SANTOS - CPF: 12093712431

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO SENHOR JOSE EDUARDO FERNANDES DOS SANTOS

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1535 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 - As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não



demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

cf4483fa-a778-451a-909d-8518c73aa5cc

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100472/ 2024 - TC (00410043.0002882023-52/2023-SEARH)
Interessado: SEBASTIAO DE ALENCAR NETO - CPF: 08010422401

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### DECISÃO Nº 1497 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.



Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

2cc83e38-0c61-4d67-9f40-13fa22654d2d

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103713/ 2024 - TC (00410038.0009112023-46/2023-SEARH) Interessado: RAVENA FLÁVIA MEDEIROS DE FREITAS - CPF: 09561211440

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1502 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

daca134d-c5b4-4089-be7c-c9b40c374eb7

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100778/ 2024 - TC (00610081.0020792020-33/2020-SEARH) Interessado: CLARA RAQUEL FARIAS MOTA DE LUNA - CPF: 09306998406



Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ÉD SOUZA SANTANÁ

#### **DECISÃO Nº 1509 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

fb26d1a1-709e-4174-b880-c1d8f1fc2214

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103303/ 2024 - TC (00410032.0010502022-92/2022-GOVERNO)

Interessado: MARTA KALENE PEREIRA - CPF: 01693300443 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

# DECISÃO Nº 1513 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.



Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões. 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

2ad7661c-5bdd-4193-a0d8-da911881051a

#### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 105160/ 2023 - TC (00410034.0011222023-62/2023-GOVERNO)

Interessado: ALESANDRA MATA DA SILVA - CPF: 04976694470 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### DECISÃO Nº 1603 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



Código Identificador:

98fb2094-b2ba-47e1-9e17-89f1382a0b4c



### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 105334/ 2023 - TC (00410039.0014602022-73/2022-SEARH) Interessado: MARIA LUIZA DE AQUINO RIBEIRO MOURA - CPF: 97114995415

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA MARIA LUIZA DE AQUINO RIBEIRO MOURA

Responsável: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO ESTADO DO RN - CNPJ: 08241804000194

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1604 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

3620d3c4-bca4-4f34-b878-02acddbdee16

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 101120/ 2024 - TC (00410133.0003312022-90/2022-SEARH)

Interessado: MYLENE LIMA DA COSTA - CPF: 11945929456

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### DECISÃO Nº 1529 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.



Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

a4aa9572-30b2-4b13-a8be-dd1e619b316d

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo No: 101583/ 2024 - TC (00610081.001333-2022-48/2022-SEARH) Interessado: RAPHAEL DE OLIVEIRA SANTOS - CPF: 05166360494

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO SENHOR RAPHAEL DE OLIVEIRA SANTOS

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### DECISÃO Nº 1606 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator





# Código Identificador:

1a681d04-854a-4afa-b218-cbad9f366637

#### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 102927/ 2024 - TC (00610081.0008022022-10/2022-SEARH)

Interessado: WESLEY FAGUNDES DINIZ - CPF: 06373207439

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1530 /2025 - TC**

EMENTA:CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



### Código Identificador:

b7fc6887-67a5-4244-b060-28059ce3692d

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100445/ 2024 - TC (00410030.0031092022-05/2022-SEARH) Interessado: JOSILENE MENDES SANTANA OLIVEIRA - CPF: 01189119455

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1496 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.



1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

c4c2bb21-757c-4433-bc7f-2cacc0ed3294

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100148/ 2024 - TC (00610081.0001412023-03/2023-SEARH)

Interessado: FRANCISCO MANNASSES TORRES FERREIRA - CPF: 03555242440

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO SENHOR FRANCISCO MANNASSES TORRES FERREIRA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

# DECISÃO Nº 1489 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.



### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

3bfdf985-79dd-4572-9167-cd7fbd9311c7

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100229/ 2024 - TC (00610081.0000932021-83/2021-SEARH) Interessado: ANDERSON DA SILVA SOUSA - CPF: 04140403330

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1491 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

4cdb2e67-3ad2-4bfa-95ea-de19837e123d

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100265/ 2024 - TC (00610081.0007582022-30/2022-SEARH)

Interessado: IRANETE DANTAS - CPF: 04545332412 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA



### DECISÃO Nº 1492 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



### Código Identificador:

90578bdd-5b79-4d91-b4dd-c415fd69cc0d

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100364/ 2024 - TC (00610081.0015502020-76/2020-SEARH)

Interessado: DAYANI GLEIT ANDRADE SILVA DE OLIVEIRA DANTAS - CPF: 05225385419

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1494 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza



Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

4cc2b996-1e47-48a6-a612-35d2127697f6

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 105024/ 2023 - TC (00410031.0007912023-47/2023-SEARH)

Interessado: ANA PAULA DA SILVA - CPF: 07338032459

ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA ANA PAULA DA SILVA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1528 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

12a95b95-48b9-497a-92be-56773660c3d4



### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 102687/ 2024 - TC (00610081.0014552022-34/2022-SEARH) Interessado: JULIANA ACIOLE DA SILVA PEREIRA - CPF: 05864340464

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1532 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo № 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

137948e0-dcc7-4294-b0b7-554431f0cf80

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo No: 103729/ 2024 - TC (00410030.0009602024-30/2024-SEARH)

Interessado: DÉBORA ALVES DA SILVA - CPF: 05994448435

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### DECISÃO Nº 1525 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.



Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

f70c2e9f-e314-4d88-9a01-f3df6526ae31

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103143/ 2024 - TC (00410031.0011732024-03/2024-SEARH) Interessado: JOAO VICTOR TOMAZ DE LIMA - CPF: 70634280473 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1521 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator





# Código Identificador:

4c1a3daf-6978-4bae-8147-aef6eb9eb6e3

#### SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100382/ 2024 - TC (00610081.0028162020-06/2020-SEARH)

Interessado: ALINE GOMES SILVA - CPF: 04770057482

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1495 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

e5690d39-85a4-4d6e-85a4-0b518afb7304

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100526/ 2024 - TC (00410040.0025832022-92/2022-SEARH) Interessado: WILKA KALLY TAVARES DOS SANTOS - CPF: 06917498416

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1498 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 - As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não



demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

8566324d-3059-416c-84b2-ed1c9c937643

### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100580/ 2024 - TC (00410031.0006792022-25/2022-SEARH) Interessado: LUCIENE RAMOS PEREIRA DOS SANTOS - CPF: 04820259482

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1499 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.



### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

7b3813e0-9c77-48fc-bb67-7934408e4971

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100589/ 2024 - TC (00410133.0005732022-83/2022-GOVERNO) Interessado: RHUDSON MAXSUEL BARROS DE OLIVEIRA - CPF: 09225562454

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1500 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

# ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

418264a9-5d6c-4896-beae-e0d1587da28a

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100652/2024 - TC (00410041.0015372022-66/2022-SEARH)

Interessado: ALANE CARLOS DE AMORIM - CPF: 05607100464 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANÁ



### **DECISÃO Nº 1503 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



## Código Identificador:

11ca5526-f009-4259-bccd-38dd3b2aeaf4

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100670/ 2024 - TC (00410031.0020142022-56/2022-SEARH) Interessado: JOSÉ ROBERTO DA COSTA JÚNIOR - CPF: 06641328473

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO SENHOR JOSÉ ROBERTO DA COSTA JÚNIOR

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

## **DECISÃO Nº 1504 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza



Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

d4169f6b-bc65-4d32-9b34-77882b13791c

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 105114/ 2023 - TC (00410030.0030152022-28/2022-SEARH) Interessado: GISLANY DE FREITAS FAUSTINO HIPÓLITO - CPF: 09588707480

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA GISLANY DE FREITAS FAUSTINO HIPÓLITO

Responsáveis: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO ESTADO DO RN - CNPJ: 08241804000194

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSO HUMANOS - CNPJ: 08241788000130

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

## **DECISÃO Nº 1602 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator





# Código Identificador:

99e6f75e-b32e-4d07-9b09-aac849980017

#### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª. DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100697/ 2024 - TC (00610081.0007722022-33/2022-SEARH) Interessado: ANTONIA ZENIA HOLANDA DE PAIVA - CPF: 04183745462

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1506 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões. 15 de outubro de 2025.

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

1a68aa2c-abfa-4b10-b170-42b95e224351

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100706/ 2024 - TC (00610081.0027632020-15/2020-SEARH) Interessado: CLEONICE CARLOS DA SILVA OLIVEIRA - CPF: 07480826460

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

DECISÃO Nº 1508 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não



demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

66eab44d-dde8-4e17-9141-82e498d7358f

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo No: 100898/ 2024 - TC (00410133.0006382022-91/2022-SEARH) Interessado: DIEGO FONTES DE SOUZA TAVARES - CPF: 08944619409

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1520 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.



### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

4ee9a1ce-cc68-4fde-b8f8-23b10aeb4cc8

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 100906/ 2024 - TC (00410040.0016452022-49/2022-SEARH) Interessado: EDINALVA VIRGINIO FELIPE DE OLIVEIRA - CPF: 06762138470

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1522 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

3ee02997-8d96-47b5-b422-385d14e3a35a

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100859/ 2024 - TC (00410040.0031672022-10/2022-SEARH) Interessado: DANIELA KATERINE DE OLIVEIRA - CPF: 10154217417

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA



## **DECISÃO Nº 1514 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



## Código Identificador:

5dd28bc6-3955-48a2-a2e9-a06d09f1974a

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100877/ 2024 - TC (00410031.0019872022-78/2022-SEARH)

Interessado: LINDALVA JERÔNIMO DE OLIVEIRA SANTOS - CPF: 37904612453

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA LINDALVA JERÔNIMO DE OLIVEIRA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

## **DECISÃO Nº 1518 /2025 - TC**

EMENTA:CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.



Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

a3660009-2ae8-4020-9829-5b6c17788bba

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103745/ 2024 - TC (00410044.0013992024-57/2024-SEARH) Interessado: MARIA EXPEDITA DE ARAUJO - CPF: 04746255407 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

DECISÃO Nº 1527 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# **Código Identificador:**

05b97f72-040a-4de3-914a-7fb26b10467b

SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO



Processo Nº: 101192/ 2024 - TC (00410133.0003522022-13/2022-SEARH)

Interessado: ELIANE DA SILVA OLIVEIRA - CPF: 70858179415 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1605 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



## Código Identificador:

efcd5686-217a-4eed-a776-fd35a7b51a93

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 102139/ 2025 - TC (061/2025-PMJSERIDO)

Interessado: WANDERSON CAIO AZEVEDO DE SOUZA - CPF: 11940798493

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO SENHOR WANDERSON CAIO AZEVEDO DE SOUZA

Relator: ANTONIO ÉD SOUZA SANTANÁ

## **DECISÃO Nº 1533 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.



Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: O Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

ef8303fc-a8f5-4720-abd5-a37922e4e176

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103247/ 2024 - TC (00410147.0001352023-47/2023-SEARH)

Interessada: MARINEIDE TARGINO COUTINHO TEIXEIRA - CPF: 72178892434

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA MARINEIDE TARGINO COUTINHO TEIXEIRA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANÁ

#### **DECISÃO Nº 1517 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator





# Código Identificador:

c04b68c0-2959-4092-af0b-472db808a3a2

#### SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª. DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo No: 103096/ 2024 - TC (00410043.0007232023-49/2023-SEARH) Interessado: MARIA VILANI TORRES MOREIRA PENHA - CPF: 30042682487

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1523 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

6a9c7614-ef48-4ee2-943b-5de4287831a4

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018ª, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 101093/ 2024 - TC (00410030.0013962022-19/2022-SEARH) Interessado: MOZART DANTAS DA SILVA XAVIER - CPF: 04683140403

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

**DECISÃO Nº 1526 /2025 - TC** 

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO.



## NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo № 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

c830e417-ee67-4c42-8b5b-a9cacd0f62a1

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 103311/ 2024 - TC (00410031.0005442024-21/2024-SEARH)

Interessado: ERINALDO SILVA DA ROCHA - CPF: 05494197484 Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

## **DECISÃO Nº 1511 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.



Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

63ad28cd-4035-4a1a-82e4-7b026d34479b

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100863/ 2024 - TC (00410038.0057072021-50/2021-SEARH) Interessada: ADALGISA MARIA ALENCAR DUTRA - CPF: 10087752409

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 1515 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

fdb7718c-69f8-40f2-9181-2488c6744b9d

# SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 100796/ 2024 - TC (00410133.0001702021-53/2021-SEARH)

Interessado: MARIA ALINE FELIPE DO NASCIMENTO CANTARELLI - CPF: 07288363430

Assunto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA



Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

### **DECISÃO Nº 1510 /2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

#### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

79a6b062-1eaa-48f7-8662-3f97e6656519

## SESSÃO ORDINÁRIA 00018<sup>a</sup>, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025 - PLENO

Processo N°: 103231/ 2024 - TC (00410040.0028532023-46/2023-SEARH) Interessada: KATIA MARIA DA COSTA PEREIRA - CPF: 79178642434

Assunto: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA KÁTIA MARIA DA COSTA PEREIRA

Relator: ANTONIO ÉD SOUZA SANTANÁ

## DECISÃO Nº 1519 /2025 - TC

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. ART. 71, INCISO III, CF/88. ATO QUE NÃO DEVE SER APRECIADO PARA FINS DE REGISTRO. NÃO AFASTAMENTO DO DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELOS TCs.

1 – As admissões de pessoal por prazo determinado previstas no art. 37, inciso IX, da CF/88, assim como as respectivas prorrogações, não demandam a apreciação da legalidade, para fins de registro (art. 71, inciso III da CF), pelo Tribunal de Contas, permanecendo sujeitas à fiscalização pelo Tribunal em auditorias ou outros meios de controle disponíveis.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o Corpo Técnico da DAP e com o Ministério Público de Contas, JULGAR, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela NÃO APRECIAÇÃO DO REGISTRO DO ATO de contratação temporária, com o consequente ARQUIVAMENTO DOS AUTOS após o trânsito em julgado, nos termos do art. 209, inciso III, do Regimento Interno do TCE/RN.

Houve julgamento conjunto, nos termos do art. 188, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCE-RN, de todos os processos constantes na pauta do Conselheiro Antonio Ed Souza Santana, publicada em 09 de outubro de 2025, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-RN, entre as páginas 6 e 15, acessível em: https://tce.rn.gov.br/as/pdf/pauta18pleno.pdf, cujo paradigma destacado foi o Processo Nº 105024/2023-TC.

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo



Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, bem como os Excelentíssimos Conselheiros Substitutos Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro e Ana Paula de Oliveira Gomes.

Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator



# Código Identificador:

7ef0b809-336a-4512-a1d8-3ad3a3e8ee3a



## Tribunal Pleno - Sessões Virtuais

SESSÃO ORDINÁRIA 0016Va, DE 1 DE SETEMBRO DE 2025 - PLENO

Processo Nº: 003284 / 2021 - TC (003284 /2021 - TC)

Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL - CNPJ: 08456899000163

ERIKO SAMUEL XAVIER DE OLIVEIRA - CPF: 00877994480

FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO RN - FECAMRN - CNPJ: 07319675000147

Assunto: FORMULAÇÃO DE CONSULTA

Relator: CONS. PRESIDENTE

#### ACÓRDÃO 579/2025 - TC

EMENTA: CONSULTA. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. DUODÉCIMO. BASE DE CÁLCULO. FUNDEB. RECURSOS RECEBIDOS.

- Os recursos financeiros recebidos pelos Municípios, a título de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), não integram a base de cálculo do duodécimo devido ao Poder Legislativo Municipal.
- 2. Os valores provenientes do FUNDEB não possuem natureza de receita tributária e nem se enquadram nas transferências constitucionais elencadas no art. 29-A da Constituição Federal, dispositivo que define a base de cálculo para o repasse ao Poder Legislativo.
- 3. A tese firmada difere do entendimento aplicável às receitas que são destinadas pelo Município ao FUNDEB, as quais, conforme jurisprudência consolidada, devem compor a base de cálculo do duodécimo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, concordando com os Pareceres da Consultoria Jurídica e do Ministério Público de Contas, julgar, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pelo conhecimento da Consulta, com a concessão da seguinte resposta ao Consulente:

Pergunta 01 – Os valores recebidos pela Municipalidade referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) compõem a base de cálculo do duodécimo devido ao Poder Legislativo municipal, nos termos do art. 29-A da Constituição da República?

Resposta: Não. Os valores recebidos pelo Município referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) não compõem a base de cálculo do duodécimo devido ao Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, notadamente porque não consistem em receita tributária e não representam as transferências indicadas no caput do mencionado art. 29-A da CF.

ATA da Sessão Ordinária nº 0016V/2025 de 01/09/2025

Presentes: o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Carlos Thompson Costa Fernandes, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana e George Montenegro Soares, bem como o Excelentíssimo Conselheiro Substituto Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro. Decisão tomada: Por unanimidade.

Representante do MP: o Procurador-Geral Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 1 de setembro de 2025.

CONS. PRESIDENTE Conselheiro Relator

\*Republicada por incorreção.



Código Identificador:

cfdbccea-2447-4a7c-9570-db7ddb9d20ae

SESSÃO ORDINÁRIA 0008Va, DE 9 DE MAIO DE 2025 - PLENO



Processo Nº: 103554 / 2023 - TC (034 /2023 - PMJSERIDO)

Interessada: ERIKA DE AZEVEDO DANTAS - CPF 07385183441

ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SENHORA ERIKA DE AZEVEDO DANTAS

Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ - CNPJ: 08086662000138

Relator: ANTONIO ED SOUZA SANTANA

#### **DECISÃO Nº 493/2025 - TC**

EMENTA: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. DESLIGAMENTO DO INTERESSADO JUNTO AO MUNICÍPIO. EXAURIMENTO DOS EFEITOS FINANCEIROS ANTES DA APRECIAÇÃO POR ESTE TRIBUNAL. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 312, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DESTE TCE/RN. PREJUDICADO O EXAME DO ATO PARA FINS DE REGISTRO.

DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em consonância com o posicionamento do Corpo Técnico e do Ministério Público de Contas, julgar pelo prejuízo do exame do registro do ato de contratação temporária em epígrafe, por perda de objeto decorrente do desligamento do vínculo e o consequente arquivamento do processo no órgão de origem, nos termos do art. 312, § 4º do Regimento Interno, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES e os Conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves, Renato Costa Dias, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior, Antonio Gilberto de Oliveira Jales, Antonio Ed Souza Santana, George Montenegro Soares, o Conselheiro Substituto Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro, o Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o Procurador Luciano Silva Costa Ramos.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2025.

ANTONIO ED SOUZA SANTANA Conselheiro Relator

\*Republicada por incorreção.



Código Identificador:

bb19ca71-435a-4810-8d53-ad1391394854



# **DECISÕES MONOCRÁTICAS**

Processo Nº: 100621/ 2021 - TC (000005/2019-IPTANGARA)

Interessado: FRANCISCA FRANCINETE DA SILVA DESIDÉRIO

Assunto: APRECIAÇÃO DA APOSENTADORIA CONCEDIDA AO(À) SERVIDOR(A) (...).

Relator: Conselheiro PAULO ROBERTO CHAVES ALVES

#### DECISÃO Nº 005384/2025 - TC

EMENTA: Constitucional. Administrativo. Aposentadoria. Registro do ato concessivo e anotação da despesa decorrente.

DECIDE monocraticamente, de acordo com a Resolução nº 009/2012-TCE, de 19 de abril de 2012, e em consonância com o entendimento conjunto do Corpo Técnico da DAP e do Ministério Público de Contas julgar pela aprovação da matéria para fins de registro e anotação da despesa decorrente, nos termos dos artigos 71, III e 75, da Constituição Federal; artigo 53, III, da Constituição Estadual; artigo 1º, III, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012 e artigo 2º, III, do Regimento Interno desta Casa. Após a publicação desta Decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, determino o arquivamento deste feito.

Gabinete do Conselheiro, 13 de novembro de 2025

#### PAULO ROBERTO CHAVES ALVES

Conselheiro Relator

Ricardo Araujo Adeodato

Assessor(a) de Gabinete



## Código Identificador:

2008b774-1830-474a-8a28-098bfc142aaf

Processo Nº: 102732 /2025 - TC ( 04410126.0010112024-50 /2024 - UERN)

Interessado: JORGE LUIZ MEDEÌROS DA COSTA

Assunto: APRECIAÇÃO DA NOMEAÇÃO PARA CARGO EFETIVO DO(A) SENHOR(A) (...).

Relator: Conselheiro ANTONIO ED SOUZA SANTANA

## DECISÃO Nº 000124/2025 - TC

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE ATO DE PESSOAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PARA APRECIAÇÃO DA SUA LEGALIDADE. ARTIGO 71, INCISO III, DA CF. LEGALIDADE E CONSEQUENTE REGISTRO DO ATO E DA DESPESA POR ELE GERADA.

DECIDE monocraticamente, de acordo com a Resolução nº 009/2012-TCE, de 19 de abril de 2012, e em consonância com o entendimento do Corpo Técnico da DAP e do Ministério Público de Contas, julgar pelo registro do ato em tela, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, artigo 53, inciso III, da Constituição Estadual, e artigo 1º, inciso III, combinado com o artigo 95, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 464/12, bem assim pela anotação da despesa por ele gerada.

Gabinete do Conselheiro, 13 de novembro de 2025

## ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator

Marcus Vinicius Cavalcante Dantas

Assessor(a) de Gabinete





# Código Identificador:

06c22e50-6bcb-4615-8021-207e2e06d37f

Processo Nº: 102345 /2025 - TC ( 04101.0664152024-82 /2024 - TJ)

Interessado: JOYCE DE MATOS DANTAS

Assunto: APRECIAÇÃO DA NOMEAÇÃO PARA CARGO EFETIVO DO(A) SENHOR(A) (...).

Relator: Conselheiro ANTONIO ED SOUZA SANTANA

DECISÃO Nº 000125/2025 - TC

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE ATO DE PESSOAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PARA APRECIAÇÃO DA SUA LEGALIDADE. ARTIGO 71, INCISO III, DA CF. LEGALIDADE E CONSEQUENTE REGISTRO DO ATO E DA DESPESA POR ELE GERADA.

DECIDE monocraticamente, de acordo com a Resolução nº 009/2012-TCE, de 19 de abril de 2012, e em consonância com o entendimento do Corpo Técnico da DAP e do Ministério Público de Contas, julgar pelo registro do ato em tela, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, artigo 53, inciso III, da Constituição Estadual, e artigo 1º, inciso III, combinado com o artigo 95, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 464/12, bem assim pela anotação da despesa por ele gerada.

Gabinete do Conselheiro, 13 de novembro de 2025

### ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator

Marcus Vinicius Cavalcante Dantas

Assessor(a) de Gabinete



# Código Identificador:

7071e2ff-1d27-45f9-952b-ef27cc710e8f



# Código Identificador do Diário:

c45b27d7-4f2b-476b-ada3-0f54d7934af9



